

JORRÉIO BRAZILIENSE

A modernização da economia

Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor de Redação

- 1 NOV 1992

Os fatos políticos dominam de tal forma a atenção da opinião pública que alguns importantes dados econômicos acabam em segundo plano, quando deveriam ser bem conhecidos tanto pelo governo Itamar Franco quanto pela população, às voltas com as dificuldades do dia-a-dia.

Excluindo-se os erros políticos, que foram grandes, a administração Collor plantou algumas sementes de modernização que justamente agora estão na fase de serem colhidas e devidamente aproveitadas pelo vice-presidente, no exercício da Presidência da República.

De acordo com a publicação especializada, Suma Econômica, do corrente mês, são as seguintes as vantagens que a administração Itamar Franco tem pela frente, como resultado das medidas aprovadas e postas em prática até recentemente no governo Collor:

"preços relativos em equilíbrio, consequência de 16 meses de preços liberados;

crescimento da economia da ordem de três por cento, para este ano, liderado pelo setor exportador e agrícola;

preços públicos alinhados;

câmbio ajustado, apresentando defasagem mínima em relação ao dólar, mas do que compensada pela relação favorável entre juros domésticos e taxa de câmbio e entre câmbio e salário. Essa política de câmbio atrativo garante um expressivo saldo comercial para este ano;

um amplo acordo da dívida externa que reintegrou o País à comunidade financeira internacional e permitirá um abatimento da ordem de 30 por cento no estoque da dívida

externa, alongando os prazos dos títulos da dívida e redução do serviço;

reservas internacionais em níveis recordes de 22 bilhões de dólares; e

uma agenda de propostas a ser votada pelo Congresso que inclui reforma fiscal, portuária, previdenciária, de concessão dos serviços públicos e novo projeto de marcas e patentes".

Trata-se, sem dúvida, de uma herança bem melhor do que a que Fernando Collor recebeu quando assumiu o Governo, em março de 1990. E seria um sério erro da atual administração ignorar os avanços econômicos do País nesse período, só que há um problema político de impeachment a ser resolvido pelo Senado Federal, nos termos da Constituição.

É natural que o intenso debate político dos últimos meses em torno do impeachment tenha deixado em segundo plano os avanços do País na reestruturação de sua economia aos padrões internacionais de hoje. E também não se pode negar que essa reestruturação, por ter sido iniciada tarde, pois já deveria ter sido começada há dez anos, ainda não se completou e, portanto, deixa à mostra muito mais os efeitos negativos — recessão, desemprego — do que os positivos, que demoram mais tempo para serem notados.

A equipe econômica do governo Itamar Franco certamente tem consciência do que significaria, neste momento, um retrocesso no programa de modernização das estruturas da economia e do Estado. E se ainda houver alguém com cargo de responsabilidade na área econômica em dúvida sobre isso, aconselhamos a leitura do documento final do recente congresso do Partido Comunista da China, que está num caminho ainda mais audacioso do que o Plano Collor. E ao qual denominaram, com a velha sabedoria chinesa, de "economia de mercado socialista...".